

Do microcrédito às microfinanças

Monica Valente*

A política pública de financiamento aos pobres no Brasil é focada no microcrédito: financiamento da produção autônoma, nas formas de investimento e capital de giro. Todos os programas apoiados pelo BNDES e regulados pelo Banco Central são explícitos quanto a isso, presos ao paradigma do crédito produtivo popular.

Em Bangladesh vi uma diferença sutil, mas fundamental: lá o que é “produtivo” tem um sentido diferente. Numa grande enchente, foram remédios. Para algumas famílias, é a educação universitária das filhas. Para outras, é obter condições de sobrevivência nas emergências. Claro, também (e principalmente) se financiam equipamentos, investimentos e capital de giro.

Esse detalhe revela duas concepções bem distintas do papel do crédito aos pobres. Aqui no Brasil os programas públicos tendem a ver o crédito como uma alternativa para os mais pobres consolidarem suas iniciativas de trabalho, em geral pequenos empreendimentos autônomos. Isso aponta a falência das políticas destinadas a regular o mercado de trabalho, de um lado, e de outro uma visão romântica que os mais pobres poderão melhorar de vida pelo seu esforço e dedicação, se tiverem acesso a capital para a produção.

Em Bangladesh creio ter entendido algo muito diferente. Não se pretende que o crédito seja apenas uma ferramenta de apoio aos negócios produtivos, mas um elemento para o desenvolvimento da vida dos cidadãos. É claro que o foco é o desenvolvimen-

to de atividades econômicas que possam trazer o progresso às comunidades. Mas o crédito é entendido como um direito, algo a que todas as pessoas devem ter acesso, mesmo que seja para pagar um tratamento de saúde. Trata-se de superar o quadro de exclusão dos pobres do mercado financeiro, sem a pretensão de exaustivamente “ensinar” as pessoas como gastar o seu dinheiro produtivamente para atingir o progresso. Chamou-me a atenção que o Grameen Bank estimula decididamente seus clientes a poupar para pagar os empréstimos, estabelecendo a disciplina financeira como um valor, inclusive para a aposentadoria, visto que lá não há um sistema previdenciário universal. Esse me parece um caminho bem adequado para a realidade daquele país e muito inspirador para o Brasil.

Portanto, microcrédito é o que se pratica no Brasil. Microfinanças é o que deveríamos estar fazendo, visando superar a exclusão dos mais pobres do mercado financeiro nacional. Temos um dos sistemas financeiros mais sofisticados do mundo, tanto em produtos quanto em tecnologia — e está aí o SPB para comprovar. Mas apenas 20 milhões de pessoas têm conta em banco!

Numa sociedade complexa como a brasileira, com uma estrutura produtiva sofisticada, industrializada, não vamos superar a pobreza apenas apostando que os pobres vão desenvolver seus próprios negócios. Temos aqui cadeias produtivas muito articuladas e desenvolvidas, com pouco espaço para a

*Vice-presidente da CUT.

produção doméstica. Mas possuímos um enorme espaço para expandir o mercado financeiro aos mais pobres, integrando-os à ordem econômica. Parte deles poderá, sem dúvida, desenvolver atividades produtivas de pequeno porte, voltadas para sua manutenção e de suas famílias. Os demais, com acesso ao mercado financeiro, poderão poupar, armazenar para o futuro e regular seu dia-a-dia da forma mais adequada.

Uma política de microfinanças deveria estar focada no acesso dos mais pobres ao sistema financeiro, principalmente ao crédito. É uma mudança de paradigma no Brasil, mas nossa sociedade só tem a ganhar.